



Jornal FNE Edição 113 – Out/11

Engenheiro traz em matéria de capa nesta edição uma pauta que merece a atenção e mobilização de todos: a luta pelo trabalho decente. Tendo se comprometido junto à OIT (Organização Internacional do Trabalho) a erradicar as condições indignas, ultrajantes e de superexploração, o Brasil prepara a I Conferência do Trabalho Decente. Atualmente, está em curso a etapa estadual nas várias unidades federativas, e o evento nacional acontece em Brasília em maio de 2012.

Em seu 3º Encontro Regional, a CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados) colocou em pauta o debate de enorme interesse a toda a sociedade e em especial aos engenheiros: desenvolvimento e infraestrutura. A conclusão da discussão foi a lógica: aumentar investimentos produtivos, reduzir juros e buscar o avanço tecnológico.

Em entrevista, o candidato a presidente do Confea (Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia), Álvaro Cabrini, fala sobre seu programa de gestão para modernizar o órgão e torná-lo mais relevante aos profissionais e à sociedade.

Em C&T, o debate sobre o PNBL (Plano Nacional de Banda Larga) e a mobilização das organizações sociais para aprimorá-lo e universalizá-lo. Também na pauta os preparativos para a Copa de 2014 em Brasília, mais uma cidade na disputa pela abertura do mundial. E o que acontece nos estados.

Boa leitura.

OPINIÃO

Quero chamar a atenção dos leitores para um instigante livro do engenheiro mexicano Daniel Reséndiz Núñez, professor emérito da Universidade Nacional Autônoma do México, publicado pela Editora Fondo de Cultura Económica, na série “La ciencia para todos”, em 2008. O título é autoexplicativo em espanhol (ainda não há tradução brasileira): “El rompecabezas de la ingeniería – por qué y cómo se transforma el mundo.”

O autor enfatiza no prólogo: “Este livro trata da engenharia, porém não é um livro especializado; é dirigido a todos os leitores cultos e curiosos (inclusive os engenheiros) interessados em que a engenharia, ao mesmo tempo que continue atendendo às necessidades humanas, preste uma atenção crescente a tornar mínimas as repercussões indesejáveis de seus projetos. Para isso, é necessário que a sociedade conheça a maneira como funciona a engenharia e que os engenheiros pensem a sua prática com a ótica da sociedade; isso significa que é preciso que os engenheiros e os não engenheiros compartilhem certas noções sobre a engenharia.”

O livro é organizado em três grandes eixos temáticos: os processos intelectuais da engenharia, o entorno da engenharia e o contexto da engenharia, todos muito bem desenvolvidos, com muita cultura; com juízo, na língua do autor.

O único reparo crítico que faço à obra é a ausência de preocupação com a diferença entre o trabalho prescrito e o trabalho realizado, entre atribuições e performances, cujo desconhecimento prejudica muito o exercício profissional da engenharia e deforma o relacionamento entre os engenheiros e os outros trabalhadores.

Para demonstrar a atividade do professor, permito-me fazer outra citação: “Dado que a engenharia é o meio principal para definir e criar os investimentos em estruturas produtivas e para otimizar a operação delas, a capacidade de um país no campo dos serviços de engenharia pode fazer a diferença entre um desempenho econômico medíocre e um avantajado. (...) Há razões que nos fazem postular que os atores centrais do processo a que nos referimos são quatro: a corporação dos engenheiros (sindicatos, associações, sistema profissional – observação minha), o empresariado, o governo e as instituições acadêmicas relacionadas diretamente com a engenharia.”

Tal formulação quase parece com o fundamento operacional do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, iniciativa da FNE que vem tendo tanto êxito. Leia o livro!

João Guilherme Vargas Netto – analista político e sindical e consultor da FNE

Serviço

Livraria Fondo de Cultura Económica

(11) 3672-3397/ 3875-3835, aztecafondo@uol.com.br

CRESCER BRASIL I

Determinada a vencer a disputa pela vaga de cidade-sede que fará a cerimônia de abertura da Copa do Mundo em 2014, a capital do Distrito Federal se empenha para cumprir o cronograma imposto pela Fifa (Federação Internacional de Futebol) e acelera a construção do Estádio Nacional de Brasília. Com 38% da obra já executada, os trabalhos de escavação e fundação estão em fase final e a construção das estruturas já foi iniciada, entre elas, a base definitiva das arquibancadas e os pilares de sustentação.

A meta, conforme explica o secretário executivo do Comitê Organizador Brasília 2014, Cláudio Monteiro, é que o complexo esportivo esteja pronto em dezembro de 2012, a tempo da Copa das Confederações, que será realizada em 2013. “Ao todo, são 3 mil operários atuando no canteiro, e o terceiro turno de trabalho já foi autorizado. A obra do nosso estádio é uma das mais avançadas do País. Estamos cumprindo prazos e compromissos e vamos continuar fortes na luta para realizar a cerimônia de abertura do mundial”, afirmou.

Orçada em R\$ 671 milhões, a nova arena terá aproximadamente 70 mil lugares e será multiuso, com camarotes, restaurantes e infraestrutura necessária a eventos de grande porte. De acordo com Monteiro, antes da Copa de 2014, será realizada uma licitação internacional para que uma empresa especializada em entretenimento administre o estádio e pague aluguel pelo espaço. O objetivo é garantir um calendário de eventos e potencializar o desenvolvimento econômico gerando renda e emprego.

A arena está sendo construída no local do antigo estádio Mané Garrincha. De olho na preservação ambiental, todo o entulho retirado da demolição deve ser reaproveitado na obra ou doado a cooperativas de reciclagem. “Os resíduos obtidos pela derrubada das arquibancadas, por exemplo, foram transformados em brita e serão reutilizados na concretagem do piso da arena”, mencionou o secretário.

O conceito verde do novo estádio brasiliense se estende também à captação de energia solar e de água da chuva. Depois de pronto, será capaz de gerar 2,5 megawatts de energia, o que corresponde ao abastecimento de mil residências por dia.

A Capital Federal disponibilizará ainda os estádios Elmo Serejo Farias, o Serejão, (Taguatinga), Antonio Otoni Filho, conhecido como Cave (Guará) e o Bezerrão (Gama) para treinamento dos times. Esse último já possui o padrão estabelecido pela Fifa, e os outros dois estão em reforma para adaptação.

Mobilidade

Segundo Monteiro, uma das vantagens de Brasília é que o estádio está localizado na parte central da cidade, em um raio de três quilômetros dos setores hoteleiros, shoppings, Centro de Convenções, o que facilita e incentiva o acesso a pé. Em função disso, não serão necessárias grandes intervenções para o mundial. As principais iniciativas visando melhorar a mobilidade urbana são a ampliação da rodovia DF 047 (pista do aeroporto); implantação do VLT (Veículo

Leve sobre Trilhos) que ligará o Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek ao terminal Asa Sul; e a implementação do VLP (Veículo Leve sobre Pneus) que fará a ligação entre as regiões administrativas do Gama e Santa Maria ao Plano Piloto e que já está em execução.

Quanto ao setor aeroportuário, a Infraero (Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária) informou que os investimentos no Aeroporto JK para a Copa do Mundo serão de R\$ 864 milhões. Entre as ações previstas estão reforma e ampliação do terminal de passageiros, do sistema de pátios de aeronaves, do acesso viário ao complexo, além da construção de edificações complementares. Todas as intervenções serão finalizadas até dezembro de 2013.

Ainda segundo o órgão federal, em 2010 o aeroporto atendeu mais de 14 milhões de passageiros, e a previsão é que a demanda suba em 2014 para 21,3 milhões.

Qualificação

O estudo de ampliação da rede hoteleira de Brasília está em fase de finalização, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação. A previsão é que a Quadra 901 Norte seja disponibilizada para a ampliação do setor. “A melhoria terá foco não só na Copa de 2014, mas também no desenvolvimento da Capital Federal nos próximos 50 anos”, enfatizou Monteiro.

A administração local está investindo também na capacitação de profissionais para o atendimento de turistas. “Existe hoje um programa de línguas, por meio da Secretaria de Educação, no qual jovens e adultos podem aprender inglês, francês e espanhol”, mencionou.

Além disso, o governo do Distrito Federal lançou, em agosto último, o Qualificopa – programa de qualificação profissional e social que vai oferecer cursos de formação e capacitação nos setores hoteleiro, turístico e gastronômico em toda a localidade. “Vamos capacitar mais de 10 mil trabalhadores por ano a partir de 2012. O objetivo é melhorar a qualidade dos serviços prestados, aumentar a geração de emprego e renda e criar a cultura de qualificação profissional permanente”, ressaltou Monteiro.

Para ele, todas as intervenções previstas têm como foco criar benefícios para a população. “Brasília está sendo preparada para o mundial pensando no futuro, no maior legado que será a geração de emprego e renda, o desenvolvimento econômico e social e a profissionalização dos cidadãos”, concluiu. (Lucélia Barbosa)

CRESCER BRASIL II

Com etapas estaduais já realizadas na Bahia e no Distrito Federal e outras marcadas para outubro e novembro nos demais 25 destinos brasileiros (confira calendário no quadro) –

precedidas de iniciativas regionais –, está em curso o processo rumo à I Conferência Nacional do Trabalho Decente. Essa ocorrerá entre 2 e 5 de maio do ano que vem, em Brasília. A sistemática segue a dos demais eventos do gênero, com composição tripartite (governo-sociedade civil organizada-setor produtivo), eleição de delegados nos estados para representação no âmbito nacional e discussão de propostas para subsidiar a elaboração de uma política pública de Estado sobre a questão.

Conforme Mario Barbosa, assessor especial para assuntos internacionais do Ministério do Trabalho e Emprego e coordenador-geral do processo de conferência do trabalho decente, esta se referencia no memorando de entendimento firmado em 2003 entre o governo brasileiro e a OIT (Organização Internacional do Trabalho) para implementação de uma agenda sobre o assunto, que deu origem a um plano nacional. Concluído em 2009, tal inclui metas e resultados para 2015. “Assenta-se nos quatro objetivos estratégicos da OIT: direitos fundamentais, proteção social, geração de mais e melhores empregos e diálogo social.”

Esses serão discutidos nos eixos temáticos em torno dos quais está estruturada a conferência. Neles, como enumera Barbosa, poderão ser debatidas questões como negociação coletiva, saúde e segurança do trabalho, igualdade no ambiente laboral, com corte de gênero, raça e etnia, prevenção e erradicação dos trabalhos infantil e escravo, questão migratória, sistemas públicos de emprego, políticas macroeconômicas e fortalecimento dos atores sociais. As resoluções a serem deliberadas e votadas em cada etapa preparatória para virem a constituir um relatório a ser discutido em Brasília partirão, de acordo com o coordenador, de um texto base já aprovado. “Temos um engajamento bastante ativo de trabalhadores e empregadores e, com a formulação da política pública do trabalho decente, se buscará também oferecer a possibilidade de um alinhamento das intervenções da União, dos estados e dos municípios nos temas relacionados.” Nesse sentido, na sua concepção, a conferência deverá contribuir ainda à construção de “mecanismos de acompanhamento para que de fato se possa avançar na promoção do emprego e do trabalho decente, cujo conceito é o daquele adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade e segurança e capaz de garantir uma vida digna”.

Principais desafios

Para tanto, a iniciativa terá à frente a busca de soluções para desafios prementes. Entre os principais, segundo Barbosa, está avançar no sentido da internacionalização, com a ratificação de convenções da OIT, a exemplo da relativa à atividade doméstica, que visa garantir a quem a executa direitos iguais aos demais trabalhadores. Além disso, consolidar uma intervenção no sentido da sensibilização do governo e dos atores sociais em relação ao trabalho decente no cotidiano das relações laborais no processo de formulação da política. “Aspecto ainda é pensar em como empregos verdes podem acompanhar esse processo.”

Ademais, como pondera ele, “apesar de sobretudo a partir de 2003 ter havido avanços sociais importantes, temos ainda hoje cerca de 16 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza”. O coordenador continua: “É um contingente da população que não pode viver

unicamente das políticas sociais, que têm papel fundamental, mas é importante criar as que podem trabalhar condições de inserção produtiva.”

Diretor técnico do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), Clemente Ganz Lúcio aponta que o desafio será encontrar um campo de convergência entre as posições divergentes que possa orientar uma política pública adequada de trabalho decente no Brasil. Além disso, ele afirma que é preciso avançar para solucionar o problema da informalidade, situação em que se encontra hoje pouco menos da metade da população economicamente ativa. E, assim, solucionar a ausência estrutural de seguridade social. Os salários bastante baixos são outro ponto a se evoluir. “O mínimo necessário para dar conta dos direitos assegurados na Constituição Federal seria hoje em torno de

R\$ 2.300,00”, enfatiza Ganz Lúcio. Outros graves problemas, como a desigualdade entre homens e mulheres e a erradicação do trabalho infantil, devem ser trazidos ao debate público nesse processo.

Com a visão de que é preciso avançar, a conferência terá ainda na pauta bandeiras históricas do movimento social, como a redução da jornada semanal de trabalho para 40 horas sem diminuição de salários e a ratificação de outras convenções da OIT, como a 158, que proíbe a demissão imotivada. Mais informações no site do Ministério do Trabalho e Emprego . (Soraya Misleh)

SINDICAL I

O esforço necessário para garantir o avanço socioeconômico brasileiro pleno foi o tema do 3º Encontro Regional da CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados), realizado em Goiânia/GO, no dia 23 de setembro, no auditório do Crea-GO (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Goiás), que teve como tema “O desenvolvimento e a infraestrutura”. O evento é o terceiro da série preparatória ao 1º Encontro Nacional da CNTU, que acontecerá em São Paulo, em 18 de novembro – já foram promovidas atividades em Maceió e Vitória e a próxima será em Porto Alegre, em 21 de outubro.

“O eixo do nosso trabalho hoje é o tema que vai nos empolgar nos próximos dez anos. Devemos, até 2022, resolver as nossas questões básicas. O Brasil de hoje tem um consenso: desenvolvimento, distribuição de renda e consciência ecológica”, apontou, durante o início do trabalho, o diretor da CNTU e coordenador da iniciativa, Allen Habert. “Esse evento é o pleno exercício da cidadania”, completou o organizador do encontro goiano, Gerson Tertuliano, presidente do Senge Goiás. “Estamos realizando um trabalho intenso na nossa confederação, mas temos que caminhar mais, lutar por um país cada vez mais justo”, corroborou o presidente da CNTU e da FNE, Murilo Pinheiro.

A abertura contou ainda com a participação da deputada federal Marina Sant'Anna (PT), do desembargador Paulo Teles, do presidente em exercício do Crea-Go, Daniel Demori, do vereador de Goiânia, Fábio Tokarski (PCdoB), do secretário municipal de Planejamento, Roberto Elias Fernandes, do diretor técnico da Agehab (Agência Goiana de Habitação), Hélio José da Silva Filho, e dos presidentes das federações nacionais dos Médicos (Fenam), Cid Carvalhaes, dos farmacêuticos (Fenafar), Célia Chaves, dos economistas (Fenecon), Juarez Trevisan, e da interestadual dos odontologistas (FIO), Welington Moreira Mello.

Abrindo as palestras, o presidente do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Marcio Pochmann, lembrou as inúmeras tarefas que precisam ser cumpridas no País para que se dê o esperado salto rumo ao desenvolvimento. "O Brasil contratou o crescimento pelas próximas duas décadas; chegará na segunda metade da década atual sendo a quinta economia do mundo e talvez tendo superado a miséria." Porém, advertiu, há desafios gigantescos a serem vencidos, entre os quais as atuais precariedades da infraestrutura, dos sistemas de educação e de ciência e tecnologia e o despreparo para a mudança demográfica que deve acontecer a partir de 2030 no Brasil. "Seremos 207 milhões de habitantes e a partir daí haverá redução da população", pontuou.

Crescer para quê

Pochmann também afirmou haver dúvidas sobre qual modelo de nação o crescimento projetado servirá. "Será o Brasil da fama, da fazenda, mineração, maquiladora, ou o Brasil do vácuo, do conhecimento?", questionou. "É um espanto sermos o maior exportador de café in natura e os Estados Unidos e a Itália, que não plantam um pé de café, a não ser como planta ornamental, serem os maiores exportadores de café solúvel. A geração de valor agregado é o que dá maior riqueza e melhores empregos", exemplificou.

Ainda na agenda do Brasil do futuro, na opinião de Pochmann, está a necessidade de se reconstruir o espaço do diálogo e da sociabilidade e de se combater a alienação que permeia a utilização das ferramentas de tecnologia da informação. "Hoje, o trabalho imaterial pode ser feito em qualquer lugar, o que tem dado espaço a grande exploração." Para o presidente do Ipea, "essas são as questões que nos conectam ao futuro". "Precisamos construir pelo consenso uma sociedade fundada no conhecimento. Nada melhor que a CNTU liderar esse processo", concluiu.

A necessidade de haver avanço tecnológico nacional e de a maioria da população brasileira fazer essa conexão com o futuro foi o tema da palestra do professor livre-docente da USP (Universidade de São Paulo), Marcelo Zuffo. "A cada 18 meses, o Brasil consome 200 milhões de celulares. Nenhum deles foi projetado ou tem um software desenvolvido aqui." Assim, defendeu ele, é essencial que o País adote medidas para que haja real transferência de tecnologia, o que só acontece quando se assina o projeto. "Só se aprende fazendo", enfatizou.

Zuffo propugnou também pela adoção de política que considera essencial para integrar o Brasil à sociedade da informação: acesso universal e gratuito à internet. Para tanto, passo fundamental é o investimento na infraestrutura de banda larga, o que é papel do governo

federal. Outro ponto crucial à redução dos custos é o aspecto tributário. “Os grandes vilões nesse caso são os governos estaduais, que cobram 40% de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços)”, criticou. “O Brasil tem o custo por bit mais alto do mundo.” Por fim, há também responsabilidade dos municípios que podem ser operadores de comunicação.

O professor titular do Instituto Astronômico e Geofísico da USP e um dos coordenadores da C40 São Paulo Climate Summit 2011, Oswaldo Massambani, apresentou a palestra “Os desafios das megacidades frente às mudanças climáticas”. Ele fez um diagnóstico da situação vivida no mundo tendo em vista dois elementos críticos: a sociedade firmada na economia de alto carbono e a forte urbanização. Conforme sua preleção, mais da metade da população do mundo vive em cidades, ocupando apenas 2% da superfície dos continentes. Entretanto, gera mais de 2/3 das emissões de CO², usa 2/3 de toda a energia gerada, consome 80% dos recursos naturais e produz anualmente 1 bilhão de toneladas de resíduos.

Investimento sustentável

Segundo Massambani, para reverter esse quadro, é necessário “reinventar as cidades”, a despeito da disparidade entre elas. “Não importa se é na Suíça, Nigéria ou Brasil, os governantes locais necessitam fazer com que os investimentos estejam focados de modo a promover infraestrutura urbana sustentável”, afirmou.

O panorama atual e as perspectivas do saneamento ambiental no Brasil, setor crucial na busca da saúde pública e da sustentabilidade urbana, foi o tema do engenheiro Edson Melo Filizzola, assessor de planejamento da Saneago (Saneamento de Goiás S.A.). Hoje, informou ele, 95,2% da população das cidades tem acesso à água tratada, 52% do esgoto urbano é coletado e apenas 37,9% desse é tratado. “Essa é a diferença que precisa ser tirada”, enfatizou.

Para dar conta da tarefa de universalizar tais serviços, o que requer até o ano de 2020 R\$ 420 bilhões, segundo dados do Ministério das Cidades, Filizzola defendeu a operação regional pelas companhias estaduais. Para ele, esse é o caminho também para que seja possível atender a população no conceito pleno de saneamento ambiental. “É preciso ter uma equipe técnica que possa trabalhar no estado todo”, indicou.

Ao final do evento, foi discutida e aprovada a Carta de Goiânia pelos participantes do 3º Encontro Regional da CNTU. (Rita Casaro)

SINDICAL II

GO

Entidade apoia Taguatinga e Cabrini

Durante evento no dia 30 de agosto último, o presidente do Senge, Gerson Tertuliano, apresentou aos seus associados os candidatos que melhor representam os anseios da entidade, que disputarão as eleições do Sistema Confea/Creas no próximo dia 8 de novembro. São eles: Gerson Taguatinga, que concorre à sua reeleição no conselho regional, e Álvaro Cabrini, que postula o comando do conselho federal. Na ocasião, ambos expuseram suas propostas às personalidades presentes, como o presidente da Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos, José Carlos Xavier, o Grafite; o secretário municipal de Planejamento e Urbanismo de Goiânia, Roberto Elias de Lima Fernandes; o presidente interino do Crea-GO, Daniel Demori; o presidente da FNE e da CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados), Murilo Celso de Campos Pinheiro; entre outras. Este último, na ocasião, disse acreditar na competência de Cabrini e salientou ser inquestionável o trabalho que ele fez no Crea Paraná, que serviu de referência para todo o Brasil nos últimos cinco anos. Além disso, ressaltou a qualidade das suas propostas, consideradas essenciais aos profissionais da área, como a valorização ser tratada de uma forma mais ampla e o uso da tecnologia no atendimento pelo Sistema (leia entrevista com Álvaro Cabrini) Tertuliano destacou a relevância do processo eletivo e o respeito do sindicato a todos os candidatos, embora a entidade tenha escolhido ambos pelos trabalhos realizados até então e pela confiança que inspiram. Ao encerrar, os postulantes aos conselhos assinaram uma carta de intenções relativa aos compromissos assumidos.

MS

Senge comemorará seu aniversário

Para festejar os 70 anos do sindicato (criado em 21 de novembro de 1941), foi programado o seminário “Integração da engenharia Brasil--Paraguai”, nos dias 5 e 6 de dezembro próximo, no Crea-MS (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia). A abertura será às 19h e, na sequência, ocorrerá a palestra “Rota bioceânica”. No segundo dia, pela manhã, o tema será “Plano Diretor do ZEE (Zoneamento Ecológico-Econômico)”, e à tarde, “Sustentabilidade e infraestrutura urbana”. Na mesma data, acontecerá um jantar dançante. Mais informações e inscrições pelo telefone (67) 3028-6940 e nos sites www.sengems.org.br e www.creams.org.br.

PI

Iniciada operação tartaruga em Teresina

Os engenheiros da Prefeitura Municipal de Teresina, Piauí, iniciaram uma “operação tartaruga”, no dia 22 de setembro último, em reação à falta de posicionamento do prefeito Elmano Férrer (PTB) quanto à criação do PCCS (Plano de Cargos, Carreira e Salários). Significa que os profissionais diminuíram o ritmo de trabalhos, como liberação de licenciamentos e elaboração de projetos. “Apresentamos uma proposta ao prefeito e agora o secretário de Administração, José Fortes, disponibilizou uma contraproposta, mas Férrer sequer a avaliou. Os engenheiros e arquitetos recebem menos que um mestre de obras do setor privado, o que é um desestímulo”, criticou o presidente do Senge-PI, Antônio Florentino de Souza Filho. “Se não houver resposta, acredito que o movimento pode se agravar e chegar ao ponto de uma ‘operação zero’”, acrescentou. Ele aguardava retorno à solicitação de uma audiência no dia 3 de outubro.

MA

Presidente da FNE participa do CBA em São Luís

“Organização e representação profissional” foi o tema abordado pelo presidente da FNE, Murilo Celso de Campos Pinheiro, no dia 7 de setembro último, durante o XXVII CBA (Congresso Brasileiro de Agronomia), realizado em São Luís, no Maranhão. O objetivo central de sua exposição foi frisar a importância da união das entidades para a conquista da valorização profissional. “Somente com a sociedade civil organizada, nós podemos ser reconhecidos no mundo”, destacou. A presidente do Senge, Maria Odinéa Melo Santos Ribeiro, ressaltou que “o sindicato comunga dos mesmos ideais”. Na ocasião, Pinheiro salientou o papel da organização dos trabalhadores, que inclui os sindicatos, as federações e as confederações. Para ele ainda, há necessidade de participação mais ampla de todas as entidades no empenho por um Brasil mais justo. Ele citou como exemplo relevante do resultado desse esforço o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), cujas bases estão no projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, criado pela FNE. “Se tivermos a tecnologia unida, tudo dará certo”, completou.

CE

Projeto do sindicato foi o quarto colocado

Com o objetivo de promover a divulgação das profissões vinculadas ao Sistema Confea/Creas por meio de atividades didáticas, eventos científicos, culturais e tecnológicos, entre outros, entidades de trabalhadores e estudantes das áreas ligadas a esse órgão, instituições de ensino, sociedades, associações científicas, institutos tecnológicos e centros de pesquisa enviaram propostas para o conselho federal a fim de receber recursos para execução de projetos. O Senge-CE participou e foi o quarto colocado, entre os dez trabalhos selecionados. Por isso,

receberá aporte suficiente para implementar o projeto Engenharia Interativa – Desenvolvimento de softwares aplicativos de entretenimento (jogo), que será distribuído em escolas de nível médio e fundamental. Segundo a presidente do sindicato, Thereza Neumann Santos de Freitas, “a expectativa é que o jogo passe a fazer parte da rotina dos estudantes e os estimule para a área da engenharia”.

ENTREVISTA

Com uma gestão de excelência no Crea-PR (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Paraná), Álvaro Cabrini é o candidato ao Confea (Conselho Federal) apoiado pela FNE. Engenheiro agrônomo graduado pela Universidade Federal do Paraná em 1984, com especialização em planejamento e desenvolvimento agrícola pela Universidade Estadual de Maringá em 1987, esse empresário rural busca a eleição para presidente do órgão em 8 de novembro com a proposta de agilizar seus procedimentos e inseri-lo definitivamente no século XXI, mediante o uso de ferramentas da tecnologia da informação. Visa ainda firmar parcerias sólidas com as organizações, em prol dos profissionais e da sociedade. É o que aborda nesta entrevista ao Engenheiro.

Quais as mudanças necessárias a serem feitas no Confea? Quais as suas principais propostas?

Primeiro, eu entendo que esse nosso sistema profissional tem que ser mais ágil, dar mais respostas para os profissionais e, portanto, precisa se tornar uma ferramenta eficaz do ponto de vista dessas ações. Precisamos nos apropriar das tecnologias criadas pelos engenheiros e colocar esse sistema definitivamente no século XXI. Fazer parte das discussões importantes da engenharia no que diz respeito à formulação de políticas estratégicas de desenvolvimento sustentável, seja na área de logística, de meio ambiente, na questão de saneamento urbano e ambiental, habitação, mobilidade, transporte, energia. Como sistema que tem o maior número de profissionais das áreas tecnológicas e ligadas ao planejamento (quase 1 milhão), temos muita condição de contribuir com os estados, com a União, com os municípios. É um conselho que precisa perceber as mudanças e se transformar nessa ferramenta que dá respostas rápidas para a nossa sociedade.

Com relação à fiscalização do exercício ilegal da profissão, o que está contemplado nas suas propostas?

Queremos fazer com que o sistema profissional funcione totalmente informatizado, que a gente possa unificar seu modus operandi. A fiscalização é a atividade-fim do conselho, então

poderemos especializá-la cada vez mais, operá-la cada vez mais remotamente a partir do momento que venha a ser planejada por profissionais da área. Quero profissionalizar a fiscalização do sistema com engenheiros inclusive planejando essas ações e prospectando as várias inovações tecnológicas.

O Crea-PR é considerado referência. O que foi implantado ali e deve servir de modelo ao Confea?

O modelo de gestão que temos no Crea-PR. Temos bons indicadores para operar a fiscalização, para dar respostas aos serviços que prestamos, ser fiéis a uma metodologia, fazer com que nosso sistema não venha a focar a atividade-fim e enxugar a atividade-meio. Nós fomos buscar a ISO 9001, todos os processos e procedimentos do Crea-PR, inclusive a fiscalização, certidão, registro, têm a garantia que os serviços vão ser feitos no prazo e com confiabilidade. Mas o que mudou principalmente é que todos os seus fiscais são profissionais de nível superior do sistema. É uma inovação, é aquilo que as pessoas sempre pediram, que a fiscalização deixasse de ser um mero cumprimento de procedimentos. Precisamos dar um passo além, que é verificar a qualidade do serviço que está sendo prestado, é o que a sociedade espera de nós.

Como deve se dar a relação entre o Confea e as entidades em geral?

Como sistema, temos que interagir primeiro com as academias que vão formar novos profissionais e segundo, com as entidades que os representam. Teremos uma ação muito próxima com elas por conta das políticas conjuntas em defesa das profissões. O Confea não terá outra política nessa área que não a das federações. Estaremos alinhados àquilo que essas organizações e os sindicatos afirmarem que é o caminho. Nós vamos reforçar a fiscalização e a defesa do salário mínimo profissional e envidar esforços para regularizar a questão da contribuição sindical (quanto ao pagamento pelas categorias abrangidas pelo sistema) para que os Creas possam atuar dentro da legalidade.

Hoje essa relação tem se dado de forma satisfatória?

Acredito que pode melhorar, a associação tem um papel, o sindicato tem outro, o sistema profissional, outro. Isolados somos fracos, juntos, formamos uma frente quase imbatível em defesa das profissões e de sua valorização.

E quanto à fiscalização do cumprimento do salário mínimo profissional?

Cabe aos creas, e queremos estimular as boas práticas. Temos que fomentar a fiscalização nos regionais. O Confea tem uma função mais macro, seremos parceiros da federação por exemplo na defesa institucional da constitucionalidade da Lei 4.950-A/66 (que dispõe sobre o salário mínimo profissional), que vem sendo questionada na esfera judicial.

O Confea pretende na sua gestão endossar projetos pelo desenvolvimento sustentável do País, a exemplo do “Cresce Brasil”?

Queremos parcerias, então se o Confea precisa apontar caminhos à formulação de políticas públicas e a FNE tem um projeto, queremos ver o que temos em comum e multiplicar essas forças, potencializar um ao outro. Não tem dúvida que vamos trabalhar nesse sentido. (Soraya Misleh)

C&T

A implementação do PNBL (Plano Nacional de Banda Larga) tem sido pauta permanente em debates da sociedade civil organizada. Principalmente após o acordo firmado em junho último, entre o Ministério das Comunicações e as empresas de telecomunicações, que prevê conexão de 1Mbps (Megabit por segundo) a R\$ 35,00 em todos os municípios do País até 2014.

Conforme explica João Brant, do Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicações e integrante da campanha “Banda larga é um direito seu!”, o termo assinado é considerado um retrocesso pelos movimentos sociais porque não impõe às teles metas de qualidade, de continuidade e de universalização para o acesso à internet. “É fundamental que o governo entenda que somente a prestação do serviço em regime público trará obrigações para a massificação da banda larga e tarifas mais baratas”, enfatiza.

Ainda segundo ele, o acordo possui uma série de “letras miúdas”, como limite para download de arquivos, de velocidade e venda casada com a telefonia fixa. “O plano atual está muito aquém do que o próprio governo propôs no ano passado. Apesar de limitado, o modelo anunciado em 2010 nos dava a esperança de que o governo assumiria as rédeas do PNBL. No entanto, quando começou a ser implementado em 2011, voltou-se aos interesses privados quando deixou de impor obrigações. Não há garantias de oferta ampla do serviço, que pode ficar restrito às áreas mais rentáveis dos municípios”, explica.

Para Sérgio Amadeu, professor da Universidade Federal do ABC, o mais grave da atual proposta é o limite de download de 300MB (Megabytes) por mês, que, na prática, cria uma categoria de banda larga diferenciada, na qual o consumidor pagará pouco, mas terá restrição de uso. “Para se ter uma ideia, um vídeo baixado no youtube pode consumir até 100MB de uma só vez. O serviço é muito limitado, e o internauta terá dificuldade de fazer um curso online baseado em multimídia, por exemplo. E, pior, se esgotar o limite e fizer mais downloads, pagará valor adicional”, menciona.

A velocidade também é questionada por Amadeu, que cita a disparidade entre o serviço de banda larga oferecido no Brasil e em países desenvolvidos como a Alemanha, que pretende até 2016 disponibilizar a internet a 40Mbps para toda a população. Brant destaca que

enquanto aqui fala-se em 1Mbps, nos Estados Unidos, a discussão está em 100Mbps para 75% da população.

De acordo com a assessoria de imprensa do Ministério das Comunicações, a proposta inicial do PNBL previa internet de 512Kbps a R\$ 35,00. E, portanto, o governo melhorou a qualidade do plano ao dobrar a velocidade e manter o preço.

O órgão informou também que as negociações com o setor privado para implementação do PNBL têm avançado. “Dos mais de 3 mil provedores de internet que existem no Brasil, cerca de 600 já estão cadastrados para participar do plano. A meta é atender 150 cidades com a banda larga popular até final de 2011.”

Infraestrutura

Para melhorar a velocidade, Amadeu recomenda a instalação de redes de fibra óptica em todo o território nacional. “O problema não é tecnológico, mas sim político. O governo não quer gastar dinheiro levando fibra óptica para todo o País. Essa é a infraestrutura básica da sociedade da informação e, na minha opinião, a melhor tecnologia, porque permite aumentar a largura de banda para 40 e até 100Mbps”, explica.

Também na avaliação de Marcelo Zuffo, professor livre-docente da USP (Universidade de São Paulo), que defende a internet como serviço público gratuito, esse é o caminho para a universalização. “Além disso, os estados deveriam baixar os impostos cobrados sobre telecomunicações e os governos municipais poderiam oferecer internet grátis em lugares públicos”, sugere.

No mais, lembra ele, a tecnologia mais importante para o Brasil neste momento é a Wimax, uma espécie de Wi-fi de longo alcance. “O problema é que as frequências ideais para operação ainda não foram devidamente regulamentadas pelo governo”, relata.

Campanha

Preocupadas com os rumos do PNBL, entidades representativas se organizaram em prol da campanha “Banda larga é um direito seu – uma ação pela internet barata, de qualidade e para todos”. Entre as principais reivindicações ao governo federal, reconhecer a internet como serviço público, incorporar o tema da banda larga ao debate sobre o marco regulatório para o setor de telecomunicações, reabrir o diálogo com as organizações da sociedade civil, fortalecer o papel do Estado e retomar o investimento na Telebrás.

Disposta a interferir nas diretrizes do plano, a campanha promoveu em setembro último um seminário em Brasília. Segundo Brant, a novidade foi a afirmação do governo de que existe um projeto estratégico para massificar a banda larga e que as metas iniciais não devem ser vistas como a totalidade das políticas de inclusão digital. Também foi enfatizado que a questão da qualidade e o debate sobre regime público e o marco regulatório estão na pauta do governo.

Dando continuidade aos debates, o Comitê Gestor da Internet no Brasil realizará nos dias 13 e 14 de outubro, em São Paulo, o “I Fórum da internet brasileira”. Inscrições e informações podem ser obtidas no site . (Lucélia Barbosa)